

Assembleia Geral decidirá sobre mudança do Estatuto do SindPFA



Assembleia Geral Extraordinária para mudar o Estatuto do SindPFA dia 11 de junho de 2018 às 10h (em primeira convocação) em todas as Delegacias Sindicais

Em alguns dias, a Assembleia Geral do SindPFA tomará uma importante decisão: a mudança do Estatuto da entidade. A proposta tem a intenção de modernizar o Estatuto e aperfeiçoar a gestão do Sindicato, à luz da experiência acumulada nos últimos anos, de comparativos com outras entidades afins - especialmente as que compõem o Fonacate -, de adequação à legislação vigente e dos objetivos que a própria categoria vem traçando para o futuro da Carreira.

O documento é fruto de um Grupo de Trabalho, constituído pela Diretoria Colegiada em junho de 2017 e composto por três de seus membros: o Diretor de Assuntos Jurídicos, Renato Faccioly, o Diretor de Relações Institucionais e Políticas Públicas, Geraldino Teixeira, e pela Diretora de Formação Profissional, Djalmayr Souza. O Grupo analisou contribuições da Assembleia Geral - realizada em agosto de 2017 -, da própria Diretoria e dos filiados, apresentadas até setembro, além de considerar questões apresentadas no II Congresso dos PFAs.

A proposta de mudança foi concluída em dezembro de 2017, quando foi apreciada pela Diretoria e submetida a parecer da Assessoria Jurídica, que a positivou. Por fim, o SindPFA realizou entre os dias 3 e 27 de abril de 2018 uma consulta pública e uma enquete sobre as propostas de mudança do Estatuto do Sindicato, apresentando o documento, o comparativo com o atual e o resumo com as principais mudanças. Os resultados da consulta pública foram positivos às mudanças e foram recebidos apontamentos importantes para mitigar conflitos entre dispositivos. O novo texto foi então revisado e submetido, novamente, ao crivo jurídico.

No Encontro de Delegados, realizado em abril de 2018, a Diretoria apresentou as principais propostas de mudança, com o objetivo de sanar as dúvidas sobre o processo de alteração e, assim, levar com clareza as informações necessárias à categoria. A partir da data de publicação do Edital de Convocação da Assembleia, em 28/5, os filiados terão mais 15 dias para a análise do documento final, que será, enfim, votado na íntegra.

Para o Diretor de Assuntos Jurídicos, Renato Faccioly, a proposta representa um grande avanço no direcionamento de atuação da entidade. "Propomos as mudanças pensando na governança e na perenidade do Sindicato", afirmou.

Programa-se e não deixe de participar desse momento singular da entidade. A Diretoria Colegiada conta com grande participação na Assembleia Geral no dia 11 de junho para tomar essa importante decisão que ajudará a delinear o futuro da representação da categoria. O texto, o comparativo e todas as informações sobre a mudança estão na página do SindPFA na internet: sindpfa.org.br

Principais mudanças

A nova redação faz uma melhor qualificação do Sindicato, mantendo a sua representação para além da atuação dos PFAs no Incra, já considerando a eventual abertura da Carreira a outras formações profissionais e a sua atuação de forma transversal. Estabelece mais claramente dispositivos para aprimorar a independência sindical, como a vedação para o exercício simultâneo de cargos comissionados na Administração Pública e mandato no Sindicato, além de garantir a ordem democrática e a oxigenação da entidade com a necessidade de renovação de, pelo menos, 1/4 da Diretoria a cada eleição e a limitação a uma reeleição para o mesmo cargo sindical.

Uma das alterações mais sensíveis é a simplificação do processo eleitoral, com a desvinculação das chapas da Diretoria Colegiada e das Delegacias Sindicais. Atualmente, a formação de uma chapa para ambos exige uma composição de 66 filiados. Com a separação, a chapa da Diretoria precisará reunir apenas 16 filiados, mantida a abrangência nacional. As Delegacias Sindicais passam a eleger seus representantes em processos regionalizados e ganham mais autonomia. A nomenclatura das diretorias temáticas foi também simplificada, facilitando a compreensão das suas competências e a busca por perfis ideais. Alterações foram feitas para incentivar a participação feminina e de aposentados na gestão da entidade.

Os mandatos foram alterados de dois para três anos a partir das eleições que ocorrerão neste ano, para adequar-se ao tempo comum de gestões do Sistema Confea/Crea, da Pública - Central do Servidor e do Fonacate. Prevê a realização trienal do Congresso Nacional da categoria, um por mandato.

O texto também cria a Comissão de Ética, o Conselho de Delegados Sindicais e a Coordenadoria Administrativa e permite a modernização das votações, o uso da internet e de ferramentas eletrônicas, inclusive em Assembleias, facilitando o voto para aposentados e filiados em viagem.

O trabalho foi ainda mais abrangente: incluiu uma revisão minuciosa do Estatuto, eliminação de redundâncias, identificação e correção de conflitos entre os dispositivos, reorganização de artigos, parágrafos e incisos, de modo que dispositivos com a mesma temática estejam aglutinados para evitar a dispersão de normativos. A escrita foi integralmente revisada em aspectos ortográficos, eliminando erros formais e materiais.

**Veja +
nesta
edição**

Reestruturação salarial
SindPFA tem feito todo o possível para levar a pauta adiante; veja no Editorial do Diretor Presidente

Encontro de Delegados
Representantes regionais reuniram-se em Brasília para discutir a entidade e a política; há muito a fazer

Carreira na adolescência
10 anos depois da maior onda de ingressos na Carreira, PFAs chegam à Classe Especial, mas com muitos desafios

ITR
Com a constituição de Grupo de Trabalho, entidade quer discutir a temática e abrir portas para atuação dos PFAs

Editorial

Reestruturação: estamos trabalhando



Sávio Silveira Feitosa
Diretor Presidente do SindPFA

Mestre em Agronomia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e mestrando em Cadastro Multipropósito e Avaliação na Universidade de Jaén (Espanha). Está no Incra desde 2008.

A partir da reunião de planejamento estratégico do Incra, ocorrida em Salvador-BA no mês de abril, a Direção do Incra convidou as entidades representativas dos servidores para somar esforços no trabalho de reestruturação das carreiras do órgão. Os gestores avaliam que o tema da titulação tem ganhado força e reconhecimento junto ao centro de Governo e também junto a setores antes críticos ao Incra, que hoje mudaram seu conceito sobre a instituição, como a Frente Parlamentar da Agripecuária (FPA). “É hora de cobrar a fatura”, disseram.

Para nós, servidores escaldados, isso pode parecer jogo de cena, pois estamos em ano de eleições e tanto parlamentares como gestores podem estar apenas de olho em seus projetos pessoais. É possível que sim. Além disso, temos a clareza de que uma construção como essa não é fácil, dado o atual cenário político e econômico. Mas isso não impede o trabalho de tentar. No Encontro de Delegados do SindPFA realizado em abril, decidimos nos mobilizar para o tema, embora sempre com realismo e amadurecimento político e sindical. Cumpriremos o nosso papel e, no que depender dos esforços do SindPFA, a pauta terá sucesso.

Para avançar, o apoio político é fundamental, pois é sabido que há um prazo curto para uma medida legislativa: até 4 de julho. Incra e representações estabeleceram um esforço conjunto para essa busca, por meio de um grupo, do qual participam, além do SindPFA, Assera/BR e Cnasi-AN. O Incra tem como representante o PFA Douglas Souza, Diretor substituto de Desenvolvimento. O trabalho do grupo é criar estratégias e buscar apoio parlamentar para construir a base necessária para alicerçar a reestruturação. De abril para cá, várias reuniões e visitas a gabinetes já foram realizadas. Essa busca deve, imprescindivelmente, ser feita nas regionais, que são as bases eleitorais, com apoio dos Superintendentes, se possível.

Muitos parlamentares estão manifestando apoio em suas redes sociais e em outros espaços e há, inclusive, a perspectiva de formação de uma frente parlamentar mista para a causa. Por meio deles, conseguimos uma agenda com o Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, ocorrida em 16/5, para solicitar a autorização política para o tema. O Presidente do Incra, Leonardo Góes, esteve presente.



Representantes das entidades, Incra e parlamentares na Casa Civil.

Desta agenda, saímos com o compromisso de que a Casa Civil solicitará ao Ministério do Planejamento - com o apoio da Direção do Incra - um estudo comparativo das remunerações com carreiras assemelhadas para a tomada de decisão. Outras reuniões já foram realizadas com Planejamento, Presidência do Incra e Diretoria Administrativa e elas têm sido produtivas. Como o principal interesse é nosso, vamos continuar trabalhando até o limite do prazo para tentar colher algo positivo. Obrigado pela confiança de sempre na Diretoria do SindPFA!

Expediente

Diretor Presidente
Sávio Silveira Feitosa

Diretor de Comunicação e Marketing
Daniel Barreto Gorelik

Jornalistas Responsáveis
Kássio Alexandre Borba
Natália Ribeiro Pereira

Revisão
Sávio Silveira Feitosa

Projeto gráfico e diagramação
Kássio Alexandre Borba

Fotos e imagens
Assessoria de Comunicação e divulgação

comunicacao@sindpfa.org.br • sindpfa.org.br • (61) 3327-1210
SBN Qd. 1 Bl. D Ed. Palácio do Desenvolvimento, Sala 2006
Asa Norte - Brasília (DF) • 70.057-900

Representação regional

SindPFA realiza Encontro de Delegados



De 16 a 19 de abril de 2018, o SindPFA realizou mais um Encontro de Delegados Sindicais no Centro Cultural de Brasília (CCB). Representantes da maioria das regionais estiveram reunidos para discutir temas institucionais e políticos. Os presentes conheceram-se melhor e inteiraram-se mais sobre a entidade. Foram apresentadas a estrutura administrativa e sindical, as ações da área jurídica, o planejamento de atividades para 2018 e a proposta de mudança do Estatuto.

A discussão política também foi produtiva. Um retrospecto das ações realizadas pelo SindPFA ao longo do tempo foi apresentado, correlacionando a evolução da Carreira com a política, o que ajuda a entender a situação e apontar rumos. À vista disso, é evidente que o maior foco da atuação política do SindPFA neste ano eleitoral deve ser para a realidade que será construída a partir de 2019. O tempo é propício e único para realizar agendas parlamentares e com candidatos que deverão pautar não somente a eventual proposta de reestruturação das carreiras, mas, principalmente, um projeto estruturante de governança agrária, que produza e mantenha a valorização no longo prazo. Assim também entenderam os Delegados.

Enquanto isso, o Encontro de Delegados Sindicais encaminhou trabalhos a curto e médio prazos, dentre eles a atuação na temática do ITR, a valorização das Câmaras Técnicas, a aproximação com o Sistema Confea/Crea e a incorporação de outras formações profissionais à Carreira. Estes trabalhos acontecerão de forma continuada e estão ao alcance de todas as regionais.

Os Delegados Sindicais participaram ainda da 5ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado, promovida pelo Fonacate, que debateu “As Carreiras Típicas de Estado e o futuro da democracia no Brasil”. Na oportunidade, os representantes do SindPFA puderam acompanhar as discussões sobre o Serviço Público com especialistas das áreas política, jurídica e de gestão governamental. Ademais, puderam conhecer servidores e representantes das 29 afiliadas do Fórum. Momentos assim são importantes para que os Delegados possam levar aos Estados experiências e visões de outras carreiras do Serviço Público Federal.

Na avaliação do Encontro, uma percepção predominante dos colegas é o fortalecimento da unidade sindical e o reconhecimento da categoria como Carreira de Estado, tanto pelo nível elevado dos debates internos, que envolvem a discussão de políticas públicas, quanto na participação na Conferência. “Com visões políticas claras, podemos deixar nossa marca no Serviço Público. Somos capazes de discutir e trazer a governança agrária para o nosso país; somos os responsáveis por levar esse entendimento e força aos nossos colegas e não nos deixar contaminar pelo negativismo”, disse o Diretor Presidente, Sávio Feitosa.

Multiplicar o conhecimento adquirido em encontros como esses é um grande desafio. O Sindicato convocou Assembleia Geral para o repasse das informações e disponibilizou todos os documentos apresentados na sua página na internet. Converse com seu Delegado Sindical, informe-se e participe das reuniões; há muito a fazer. Recomenda-se ainda a realização de agendas internas regulares nas regionais para discutir os temas que o SindPFA apresenta.

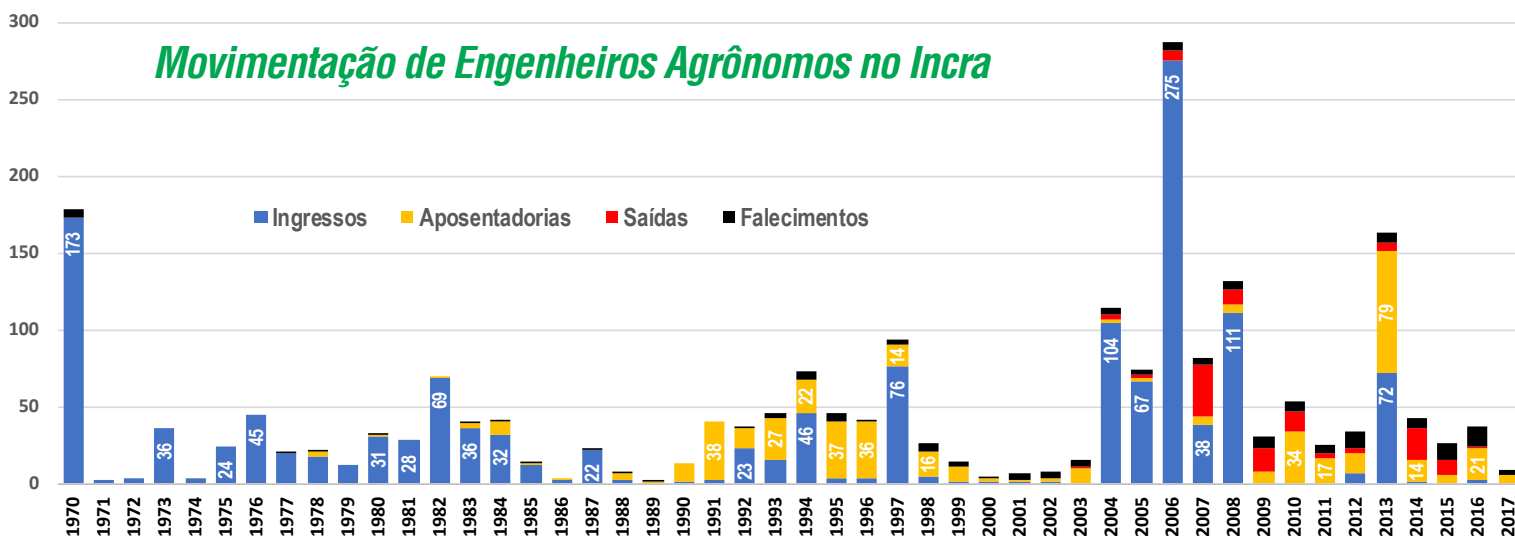


Diretoria Colegiada na Mesa de Encerramento do Encontro de Delegados.

Desafios da adolescência

Prestes a completar 16 anos, Carreira chega a um momento importante de sua história

Movimentação de Engenheiros Agrônomos no Incra



Completa-se neste ano uma década da maior onda de ingresso de profissionais na Carreira de Perito Federal Agrário, ocorrida nos anos de 2004 a 2008, resultado dos Concursos Públicos de 2004 e 2005, quando 595 novos profissionais chegaram ao Incra.

Como a Carreira é composta por 16 níveis, os que ingressaram no início desse período, em 2004 e início de 2005, começam a chegar agora à Classe Especial (S). A maioria dos demais está na Classe C; poucos ainda figuram na Classe B. Juntas, as classes C e S abrigam agora quase 90% dos profissionais da ativa, que somam hoje 761 PFAs. Veja o quadro:

Classe	Padrão	Quantidade	%	Total	%
S	III	214	28%	287	37,7%
	II	0	0%		
	I	73	10%		
C	IV	50	7%	395	51,9%
	III	229	30%		
	II	27	4%		
	I	89	12%		
B	IV	3	0%	13	1,7%
	III	2	0%		
	II	0	0%		
	I	8	1%		
A	V	63	8%	66	8,7%
	IV	0	0%		
	III	3	0%		
	II	0	0%		
	I	0	0%		
Total de PFAs na ativa				761	

*Estimativa com base na progressão ocorrida em abril de 2018.

Criada em 26 de junho de 2002 por meio da Medida Provisória nº 47 (posteriormente convertida na Lei nº 10.550/2002), a Carreira de PFA é ainda uma adolescente. A debutante está prestes a completar seus 16 anos. Diz-se que essa é a idade do conhecimento do "eu", da formação da personalidade e do nascimento da independência. A analogia é válida.

Já o SindPFA é um menino serelepe no auge dos seus 6 para 7 anos. Embora novo, ao longo do tempo, vem conquistando espaço junto à sociedade e ao setor público como representante da Carreira. É sabido, no entanto, que a história de organização da categoria iniciou-se antes, em 1997, quando se decidiu criar a Associação Nacional dos Engenheiros Agrônomos do Incra (Assinagro), por não encontrarem espaço para as suas discussões nas entidades existentes.

A criação da Carreira e este grande ingresso de PFAs nos anos 2000 são alguns dos frutos da mobilização e da organização da categoria. Em 2011, realizou seu primeiro Congresso, quando decidiu criar o SindPFA, após enfrentar recusa do Governo em receber as associações para as negociações salariais. E esta nova entidade vem, desde então, se consolidando, tendo recebido em 2016 o seu registro sindical.

As tenras idades da Carreira e do Sindicato revelam que, provavelmente, ainda há muito o que aprender e a desenvolver. Apesar dessa onda de entrada de novos profissionais, de 2011 para cá foram 143 aposentadorias e 91 baixas na Carreira, ao passo que ocorreram apenas 82 novos ingressos, sendo o último Concurso o de 2010. São sinais, talvez, dos angustiantes conflitos da adolescência. Mas eles têm sua razão de ser: a categoria parece estar confusa e em compasso de espera em meio à crise institucional e política, na expectativa de um futuro ainda incerto.

É compreensível, mas a hora é de decisão e ação. No próximo Governo, a Carreira chegará à idade de prestar o vestibular, e, para isso, precisa saber o que quer para seu futuro. As transformações começam internamente: um novo Estatuto será votado dia 11/6. A abertura a outras formações profissionais também avança; é tempo de buscar apoiadores.

Para além da almejada reestruturação das carreiras, somente um projeto estruturante pode garantir o PFA na estrutura do Estado no futuro. O II Congresso dos PFAs, realizado em 2016, é, até então, o elemento mais qualificado para mostrar uma direção a seguir. À luz dos seus apontamentos, o Sindicato tem apresentado propostas concretas para uma responsável e efetiva governança das terras do país e a visão tem ganhado apoiadores. Nessas eleições, pautar isso é uma obrigação que se impõe - a todos os Peritos.

Enquanto isso, a valorização no curto e médio prazo estão em projetos como a atuação na temática do ITR, o fortalecimento das Câmaras Técnicas e a aproximação com o Sistema Confea/Crea, que merecem igual atenção.

Esta é uma caminhada que precisa ser reforçada dia após dia e para a qual é preciso contar com cada um dos 972 PFAs sindicalizados. Façamos a nossa parte.



Diretores da primeira gestão da Assinagro com o então Presidente do Senado, Ramez Tebet.



Direção da Assinagro em trabalhos para a criação da Carreira de Perito Federal Agrário.



I Congresso Nacional dos PFAs, em 2011.



PFAs em Audiência Pública que discutiu a situação da categoria na Câmara em 2013.



II Congresso Nacional dos PFAs, em 2016.

Novas possibilidades

SindPFA cria Grupo de Trabalho sobre ITR

A atuação dos Peritos Federais Agrários na temática do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) é pauta do SindPFA, que iniciou um Grupo de Trabalho para aprofundar essa discussão. O Sindicato acredita que há potencialidade de atuação do Incra e dos PFAs, que podem auxiliar no fornecimento de dados sobre o mercado de terras aos órgãos arrecadadores e na fiscalização dos dados declarados, como o Valor da Terra Nua (VTN) e o Grau de Utilização (GU) da terra. Compõem o GT o Diretor de Assuntos Jurídicos do SindPFA, Renato Faccioly de Aguiar, da SR-29/MSF, o Delegado Sindical da Sede, Renato Alves Caixeta, e a PFA Raquel May Chula, da SR-11/RS, regional que já vem trabalhando nessa direção.

Desde 2007, a Assinagro já havia realizado estudo que apontava a possibilidade de aumento de arrecadação para o governo mediante a cooperação da Receita Federal com o Incra na fiscalização, já prevista em lei. Mas não houve muito avanço no contato com o órgão arrecadador. Com o advento da possibilidade da municipalização do ITR, vem se consolidando o entendimento de que o trabalho do SindPFA deve mirar as prefeituras municipais e seus representantes, pois estão mais suscetíveis à cooperação institucional. Desde 2015, o SindPFA vem apontando a possibilidade de estreitar laços com os municípios.

No ano passado, os Diretores do Sindicato reuniram-se com algumas federações estaduais de municípios, onde a temática foi levantada, mas a Diretoria entendeu que pode ir além de ventilar essa possibilidade de cooperação, podendo também tentar operacionalizá-la, seja com a criação de documentos, orientações às prefeituras, modelos de convênios e até criação de projetos-piloto. É possível que o trabalho do PFA possa subsidiar também estados e municípios na arrecadação do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD) e do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) no que concerne a imóveis rurais.

A primeira reunião do GT ocorreu em Porto Alegre-RS nos dias 25 e 26 de abril e contou com a participação do Diretor de Comunicação do SindPFA e Delegado Sindical na SR-11/RS, Daniel Gorelik. O grupo reuniu-se com representantes do Fisco do RS, com o objetivo de estabelecer e fortalecer a disposição de cooperação.



Da esquerda para a direita, o PFA Daniel Gorelik, dois representantes do Fisco do RS e os PFAs membros do GT: Raquel May Chula, Renato Faccioly e Renato Caixeta.

O GT estudará as legislações do ITR e como se dá o processamento dos convênios das prefeituras com a Receita Federal. Em seguida, serão realizadas reuniões com uma prefeitura que já está utilizando as tabelas do Relatório de Análise do Mercado de Terras (RAMT) produzidas pela SR-11/RS, para sanar dúvidas e dificuldades no uso, assim como colher e apontar sugestões para melhor o uso da Planilha de Preços Referenciais (PPR). O Grupo também escolherá outras prefeituras para a atuação, inclusive uma que ainda não tenha feito convênio com a Receita.

O SindPFA acredita que reside nesse tema uma política relevante e uma lacuna importante na qual a Carreira pode atuar, podendo se traduzir em valorização no futuro. O trabalho, portanto, visa ao fortalecimento da área de análise e acompanhamento do mercado de terras, cujas atribuições são do PFA, além do fortalecimento de instrumentos como o RAMT, a PPR e o Banco de Informações sobre o Mercado de Terras (BIMT). As demais regionais podem contribuir com sugestões e apontar possibilidades de atuação na sua localidade. Na página do SindPFA estão o histórico completo sobre a temática do ITR e a atualização dos trabalhos do GT, que também responde pelo e-mail gt.itr@sindpfa.org.br

Atenção

O SindPFA produziu materiais para o uso dos PFAs filiados em suas atividades diárias, como camisetas e bonés. Os aposentados e demais PFAs interessados devem atualizar seus dados na página do Sindicato e enviar e-mail com o seu respectivo tamanho para secretaria@sindpfa.org.br



Oportunidades

Livro recebe trabalhos até 22 de junho



O SindPFA editará o livro "Avaliação de imóveis rurais pelos Peritos Federais Agrários" e abriu uma seleção de artigos para compor a obra. O material pretende difundir o conhecimento técnico dos Peritos na Avaliação nas mais diversas regiões, circunstâncias e características, contribuindo para o desenvolvimento da Carreira e do Sindicato. Quando publicado, o livro será entregue às varas judiciárias de todo o país para apresentar os PFAs para atuação em perícias.

Haverá premiação para os trabalhos que obtiverem a maior pontuação. O envio de artigos poderá ser feito até o dia 22 de junho de 2018. Consulte todas as informações sobre a seleção no Edital publicado na página do SindPFA.

Sindicato firma convênio com o Inbec

Com o objetivo de viabilizar o acesso dos PFAs sindicalizados a cursos que promovam qualificação e aperfeiçoamento profissional, o SindPFA firmou mais uma parceria: com o Instituto Brasileiro de Educação Continuada (Inbec). Presente em quase todo o país, ele oferece cursos de extensão e pós-graduação em diversas áreas de conhecimento, principalmente a Engenharia. O PFA Evaldo Tavares de Souza Filho (CE) coordena o curso de 'Engenharia de Avaliações e Perícias de Imóveis Rurais' (140 horas), que conta com outros Peritos da região.



O convênio firmado entre SindPFA e Inbec dá direito a 10% de desconto nos cursos de MBA e especialização e 15% nos de extensão, aprimoramento ou aperfeiçoamento, desde que o pagamento seja efetuado até o vencimento. Para usufruir deste benefício, o Perito Federal Agrário sindicalizado deverá solicitar uma declaração ao SindPFA.

SindPFA conversa com outros Engenheiros do Incra

O Diretor Presidente, Sávio Feitosa, e o Diretor de Relações Institucionais e Políticas Públicas do Sindicato, Geraldino Teixeira, estiveram no início de maio com o novo Coordenador-Geral de Cartografia do Incra, Miguel Pedro da Silva Neto, e o Coordenador do Comitê Nacional de Certificação, Oscar Oséias de Oliveira, para conversar sobre as propostas do SindPFA para a governança de terras no país e a incorporação de outras formações profissionais à Carreira.

Para o SindPFA, a execução da política de gestão territorial e o aperfeiçoamento do Incra caminha para a integração com as demais formações da Engenharia, como Engenheiros Civis, Florestais, Ambientais, Agrimensores, Cartógrafos e Geógrafos, pois suas atribuições se complementam no espectro finalístico da política agrária. Esse foi o entendimento do II Congresso Nacional dos PFAs, realizado em 2016.

O tema também foi tratado em 20/4 com representantes da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, atrelado à mudança da nomenclatura do cargo para também Perito Federal Agrário e a revisão das atribuições da Carreira. Os técnicos do MP avaliam que a pauta pode avançar. Portanto, o SindPFA quer estreitar os laços com esses profissionais, inclusive nas regionais. Participe disso.